



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/10/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EVENTOS.....	2 - 3
2.2. SELETIVOS.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. EVENTOS.....	6
3.2. SERVIDORES.....	7 - 8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	9
4.2. EXECUÇÃO PENAL.....	10
4.3. SERVIDORES.....	11
4.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	12 - 13
5. JORNAL EXTRA	
5.1. EVENTOS.....	14 - 15
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. VARA CRIMINAL.....	16
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DECISÕES.....	17
7.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	18
7.3. SELETIVOS.....	19 - 20
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. AÇÕES TJMA.....	21
8.2. COMARCAS.....	22
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	23
9.2. COMARCAS.....	24 - 26
9.3. SERVIDORES.....	27

Estado não pode contratar professores temporários

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou, por maioria de votos, a interrupção de contratos temporários de docentes na rede estadual de ensino. O colegiado manteve decisão de base do juiz da 4ª vara da Fazenda Pública de São Luís, que concedeu *liminar* impedindo processos seletivos para tal finalidade até o julgamento do mérito da ação civil pública interposta pelo Ministério Público Estadual contra o Estado do Maranhão. De acordo com o MP, o Estado do Maranhão tem feito de forma abusiva seletivos para contratação temporária de professores, priorizando essa prática em detrimento do concurso público.

Corregedor-geral parabeniza o TRE pela condução das Eleições 2012



Destacando a organização e a tranquilidade das Eleições 2012 no Maranhão, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Cunha, parabenizou o vice-presidente e corregedor eleitoral, Des. José Bernardo Rodrigues (foto), na manhã de ontem (9). O Des. José Bernardo esteve no gabinete do corregedor-geral para tratar de assuntos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

PÁGINA 3

Corregedor-geral parabeniza o TRE pela condução das Eleições 2012



Desembargadores Cleones Cunha e José Bernardo

Destacando a organização e a tranquilidade das Eleições 2012 no Maranhão, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Cunha, parabenizou o vice-presidente e corregedor eleitoral, Des. José Bernardo Rodrigues, na manhã de ontem (9). O Des. José Bernardo esteve no gabinete do corregedor-geral para tratar de assuntos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os elogios ao trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) estenderam-se à presidente, desembargadora Anildes Cruz.

"A eleições foram muito bem preparadas e organizadas pelo TRE do Maranhão. A desembargadora Anildes Cruz e o desembargador José Bernardo estão de parabéns pelo excelente trabalho realizado. Tivemos uma

eleição tranquila, com apuração rápida. Isto é motivo de orgulho para o Judiciário", declarou o desembargador Cleones Cunha.

O corregedor-geral também destacou o trabalho de todos os juízes eleitorais. "Os juízes também estão de parabéns pela forma como se empenharam e como conduziram o processo eleitoral em todo o Estado do Maranhão", completou.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Bernardo Rodrigues, agradeceu os elogios feitos pelo desembargador Cleones Cunha e revelou que no 2º turno, a ser realizado no dia 28 de outubro, apenas em São Luís, a apuração dos votos deve ser ainda mais célere, podendo obter o resultado final da eleição em, aproximadamente, uma hora.

TJMA abre inscrições para 31 vagas de juiz

PÁGINA 3

TJ do Maranhão abre inscrições para 31 vagas de juiz

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão abriu, ontem (9), as inscrições do concurso público para 31 vagas e formação de cadastro de reserva de juiz de direito substituto de entrância inicial. O salário é de R\$ 20.677,85.

O candidato deve ser bacharel em direito e ter 3 anos, no mínimo, de atividade jurídica exercida após a obtenção do grau de bacharel em direito.

As inscrições podem ser feitas no período de 9 de outubro a 7 de novembro pelo site www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz/. A taxa é de R\$ 150.

A seleção é composta de 6 etapas. A primeira será a prova objetiva. A segunda consiste em duas provas escritas (prova discursiva e pro-

va prática de sentença). A terceira é composta por inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa, investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico. A quarta será a prova oral. Já a quinta será a avaliação de títulos. A última etapa compreende o curso de formação inicial para ingresso na carreira de magistratura, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

A prova objetiva será aplicada no dia 3 de março de 2013, no período da manhã. Todas as etapas serão realizadas na cidade de São Luís.

O concurso terá 2 anos de validade e poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

ELOGIOS AO TRABALHO

Corregedor-geral destaca organização e a tranquilidade nas Eleições

Destacando a organização e a tranquilidade das Eleições 2012 no Maranhão, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Cunha, parabenizou o vice-presidente e corregedor eleitora, Des. José Bernardo Rodrigues, na manhã de terça-feira (9). O des. José Bernardo esteve no gabinete do corregedor-geral para tratar de assuntos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os elogios ao trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) estenderam-se à presidente, Des.^a Anildes Cruz.

"A eleições foram muito bem preparadas e organizadas pelo TRE do Maranhão. A desembargadora Anildes Cruz e o desembargador José Bernardo estão de parabéns pelo excelente trabalho realizado. Tivemos uma eleição tranquila, com apuração rápida. Isto é motivo de orgulho para o Judiciário", declarou Des.



Des. Cleones a destacou o trabalho do corregedor eleitoral, des. José Bernardo

Cleones Cunha.

O corregedor-geral também destacou o trabalho de todos os juízes eleitorais. "Os juízes também estão de parabéns pela forma como se empenharam e como conduzi-

ram o processo eleitoral em todo o Estado do Maranhão", completou.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, Des. José Bernardo Rodrigues, agradeceu os elogios feitos pelo Des.^a Cleones Cu-

nha e revelou que no 2º turno, a ser realizado no dia 28 de outubro, apenas em São Luís, a apuração dos votos deve ser ainda mais célere, podendo obter o resultado final da eleição em, aproximadamente, uma hora.

02

OPINIÃO

Tribunal de Justiça do Maranhão avalia servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conclui na próxima terça-feira (16) mais uma etapa avaliativa do desempenho de servidores do Judiciário. A avaliação é requisito para a obtenção de estabilidade e atinge os concursados que se encontram em estágio probatório e aguardam promoção ou progressão funcionais.

"A aferição do desempenho vem promovendo uma mudança cultural no Judiciário, na medida em que estimula o servidor a ser agente da sua própria capacitação.



JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Maranhão avalia servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conclui na próxima terça-feira (16) mais uma etapa avaliativa do desempenho de servidores do Judiciário. A avaliação é requisito para a obtenção de estabilidade e atinge os concursados que se encontram em estágio probatório e aguardam promoção ou progressão funcionais.

"A aferição do desempenho vem promovendo uma mudança cultural no Judiciário, na medida em que estimula o servidor a ser agente da sua própria capacitação. É uma ferramenta que o Tribunal adota para direcionar as ações necessárias ao aprimoramento do potencial dos servidores", defende o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

De janeiro a setembro de 2012, 984 servidores foram avaliados. Do total, 813 funcionários (83%) atingiram a conceituação "excelente", 113 (11,4%) "bom", 52 (5%) "satisfatório" e apenas seis (0,6%) "insuficiente".

"A avaliação de desempenho pode ajustar possíveis falhas

comportamentais ou profissionais, promovendo a melhoria na qualidade de atendimento", aponta o diretor de Recursos Humanos do Tribunal, Daniel Gedeon.

AValiação - A avaliação é única, dividida em três etapas consecutivas, que ocorrem no décimo, vigésimo e trigésimo mês de efetivo exercício no cargo. Cada etapa tem pontuação mínima de 30 e máxima de 210 pontos.

São aprovados os servidores que obtiverem a homologação da sua avaliação constatando desempenho satisfatório, ou seja, resultado igual ou superior a 70% da pontuação máxima possível. Aspectos como assiduidade, capacidade de iniciativa, disciplina, pontualidade e responsabilidade são bastante considerados na avaliação.

PRODUTIVIDADE - De acordo com a Resolução nº 70/2008, somente os que obtêm os conceitos "excelente" e "bom" estão aptos a receber a gratificação por produtividade judiciária - implantada para incentivar a produtividade no atendimento e serviços prestados pelas di-



A avaliação é requisito para a obtenção de estabilidade

versas unidades judiciárias.

"Os resultados direcionam a elaboração do plano de formação e capacitação profissional dos servidores, desenvolvido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ES-MAM)", explica a coordenadora de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira do TJMA, Maria Lúcia Abreu.

PROMOÇÃO - Os servidores que são promovidos recebem aumento salarial, calculado a partir de percentual, atualmente de

2,5%, sob o vencimento base do servidor efetivo, conforme valores disponíveis no quadro de plano de cargos e carreiras.

A promoção também está vinculada à apresentação de certificados de participação em cursos (capacitação, especialização), com totalidade de, no mínimo, 80 horas/aula. O servidor deve, ainda, passar por avaliação na carreira, com conceito mínimo "satisfatório", que ocorre no 22º mês da permanência do nível final da classe.

TJ na internet

Dezenas de serviços voltados para os usuários do meio jurídico e a comunidade em geral são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do portal do Poder Judiciário na internet (www.tjma.jus.br). O portal reúne o conteúdo informativo do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, separados conforme a área - processual, administrativa ou normativa. A página principal traz ainda mais informações e serviços.

Penitenciária Feminina já dispõe de diversas ações de ressocialização

Detentas são treinadas para desenvolver um ofício quando deixarem a unidade

As internas da Penitenciária Feminina de Pedrinhas estão recebendo uma série de atividades de ressocialização que visam tanto à preparação psicológica quanto a possibilidade de desenvolver um ofício quando deixarem a unidade. Cursos de capacitação, a volta aos estudos regulares e os trabalhos de evangelização estão entre as atividades de que as detentas da unidade participam.

O Programa Mulheres Mil, do Governo Federal, que no estado é executado pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA) em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) e o Tribunal de Justiça, formou em agosto a primeira turma do curso de introdução à culinária. Ainda este ano, o programa deve retornar para contribuir na formação de mais mulheres privadas de liberdade. No mesmo período, as internas concluíram um curso de contabilidade feito a distancia.

Atividades de evangelização também são constantes na unidade, assim como as oficinas de artesanato e os ensaios e apresentações do coral Deus conosco, integrados pelas internas. Com uma turma de ensino fundamental em funcionamento, as detentas também têm a chance de retomar os estudos.

De acordo com a Portaria de nº 95, de agosto deste ano, estabelecida pela Sejap, as ações de assistência aos presos e egressos no sistema passaram a ser de responsabilidade dos diretores das unidades. Para a diretora da Penitenciária Feminina, Giselle Lé-

Divulgação



Giselle Léda, diretora do presídio

da, as atividades de ressocialização são fundamentais. "É importante oferecer o que realmente interessa ao público-alvo e que venha de encontro ao desenvolvimento do potencial de trabalho e criatividade de cada uma", afirmou.

Quanto à obtenção de benefícios, como o trabalho externo, a diretora disse que alguns requisitos precisam ser seguidos pelas internas. "São necessários seis meses no regime semiaberto e avaliações constantes de comportamento. A partir daí, e com a proposta de emprego em mãos, a concessão do benefício é efetivada", informou Giselle Léda.

Atualmente, a Penitenciária Feminina conta com 163 internas, sendo 57 sentenciadas, 89 provisórias e 17 no regime semiaberto. O projeto de uma mini-academia para as internas em breve deverá ser colocado em prática.

O secretário Sérgio Tamer considera muito positiva a iniciativa que os diretores vêm tomando para as atividades de ressocialização nas unidades.

Tribunal de Justiça faz avaliação de servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conclui na próxima terça-feira (16) mais uma etapa avaliativa do desempenho de servidores do Judiciário. A avaliação é requisito para a obtenção de estabilidade e atinge os concursados que se encontram em estágio probatório e aguardam promoção ou progressão funcionais.

“A aferição do desempenho vem promovendo uma mudança cultural no Judiciário, na medida em que estimula o servidor a ser agente da sua própria capacitação. É uma ferramenta que o tribunal adota para direcionar as ações necessárias ao aprimoramento do potencial dos servidores”, defende o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

De janeiro a setembro deste ano, 984 servidores foram avaliados pelo Tribunal de Justiça.

Programas protegem adolescentes e mulheres em situação de risco

Secretarias de Desenvolvimento Social e de Políticas Públicas para Mulher de Imperatriz mantêm outras ações que protegem idosos, crianças, especiais e famílias em situação de violência, além das atividades de combate à fome e segurança alimentar e nutricional

IMPERATRIZ - Além dos programas de combate à fome e à miséria, as secretarias de Desenvolvimento Social (Sedes) e de Políticas Públicas para Mulher (SMPM) mantêm outros programas que protegem mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco social. Entre esses programas destaca-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o qual realiza atendimento, orientação e apoio especializado aos indivíduos e famílias que tiveram os seus direitos violados. Atualmente, o centro atende mais de 100 pessoas por mês. Também mantém o serviço Disque-Denúncia, por meio do Disque 100.

Outro de grande alcance social é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que oferece a quase 2 mil crianças atividades como reforço escolar, capoeira, música, dança, futebol, vôlei e natação. São 23 polos distribuídos nas zonas urbana e rural. O programa também acompanha o Coral Curumim, formado por 100 crianças que participam do Peti.

Regido pelo maestro Giovanni Pietrinni, o coral está gravando um CD, que contará com algumas canções de artistas consagrados, como Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. Na parte cívica, o registro fonográfico vai deixar marcado o Hino Nacional, o Hino do Maranhão e o Hino de Imperatriz, este último de autoria de José de Ribamar Fiquene.

Nos últimos três anos, foi ampliado o número de abrigos para criança e adolescentes, passando de dois para três. A Casa de Passagem foi reformada pela Prefeitura, em parceria com o Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juven-



O coral Curumim é o resultado do trabalho desempenhado pela coordenação do Peti em Imperatriz

tude) e com a sociedade civil organizada. Cada abrigo dispõe de uma equipe multidisciplinar formada por psicólogo, nutricionista, assistente social e pedagogo.

A Casa da Criança é outro programa mantido pela Sedes e SMPM, que abriga crianças de ambos os sexos até 9 anos de idade. Já a Casa Lar abriga crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, enquanto a Casa de Passagem Masculina abriga crianças do sexo masculino, de 10 a 17 anos de idade.

POP - O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Pop), programa em vias de ser implantado, terá atendimento de média complexidade voltado para a população em situação de rua. Funcionará no centro da cidade, onde o morador de rua se alimentará e fará

sua higiene pessoal. Uma equipe multiprofissional acompanhará a necessidade de cada abrigado.

A Sedes também desenvolve o programa Casa Abrigo da Mulher Dra. Ruth Noleto. O local abriga, temporariamente, por até três meses, mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, as quais se encontram sob risco de morte. Na casa-abrigo, elas recebem a proteção da Rede de Atendimento, da qual participam ainda a Vara da Mulher, a Promotoria em Defesa da Mulher e a Delegacia Especializada da Mulher (DEM).

O Projeto Reviver tem também sua função social, pois presta assistência às famílias que trabalham com a coleta de material reciclável no livão de Imperatriz. São 52 famílias cadastradas, 16 delas beneficiadas com moradia e energia elétrica custeadas pela Sedes.

As famílias cadastradas são acompanhadas e capacitadas pelos Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Santa Rita.

Conselhos - Para melhor funcionamento dos conselhos tutelares, eles foram divididos em dois: Área I, que funciona no centro da cidade, e a Área II, com funcionamento no bairro Entroncamento. Foram adquiridos para estes órgãos dois veículos e quatro telefones. Os conselheiros que não tinham aumento há anos também foram contemplados com aumento salarial.

Outros avanços são o aumento do número de pessoas concursadas e de profissionais com nível superior. A Sedes foi reformada e teve seus departamentos reestruturados, adquiriu carros próprios e, em breve, adquirirá duas vans.

Sedes profissionaliza jovens, adultos e famílias

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes) tem adotado com fidelidade a criação, ampliação e desenvolvimento de programas que auxiliem as pessoas de famílias de baixa renda, proporcionando a elas melhor qualidade de vida. A outros, a política adotada pela secretaria visa prepará-los profissionalmente para que todos tenham profissão e salário digno.

O Centro de Referência em Assistência Social (Cras) foi ampliado de um para cinco unidades, atendendo, atualmente, mais de 9 mil famílias cadastradas nas zonas urbana e rural. Na parte urbana de Imperatriz foram implantadas duas equipes volantes, que atuam nos Cras Cafeteira e Santa Lúcia. Para alcançar o sucesso desejado, a titular da Sedes, Miriam Reis, implantou cursos profissionalizantes em todos eles.

Por sua vez, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Adolescente) atende 300 pessoas de 15 a 17 anos, oferecendo oficinas de música, teatro, danças, artes, capoeira, serigrafia e esportes, como futsal, vôlei e handebol. A Casa Brasil leva a inclusão digital, cidadania, cultura e lazer às famílias de baixa renda. Nos últimos três anos, 2.500 pessoas foram capacitadas e cerca de 1.200 passaram, todo

mês, pela Casa Brasil.

Ciesi - Outro programa de grande alcance social é o Centro de Inclusão Econômica e Social de Imperatriz (Ciesi), que oferece cursos de capacitação profissional. Para tanto, já foram capacitadas mais de 7 mil pessoas nas unidades da Vila Nova e do bairro Santa Rita, além dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social.

Os Ciesis oferecem, atualmente, cursos de pintura em tecido, bordado em fita, oitinho, pedraria em sandália, bijuteria, manicura, pedicura, capitonê, panificação e salgado, corte e costura, cabeleireira, biscuit, maquiagem e depilação, inclusive, informática. Hoje, essas pessoas capacitadas abriram seus próprios negócios e estão se transformando em empreendedoras.

A Sedes implantou, ainda, o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec) aderido em 2009. Este capacita e encaminha ao mercado de trabalho pessoas entre 18 e 59 anos de idade, em cursos profissionalizantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Serviço Nacional da Indústria (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Nesse período foram capacitadas 700 pessoas.

Corregedor parabeniza TRE-MA pela condução das Eleições 2012

Destacando a organização e a tranquilidade das Eleições 2012 no Maranhão, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Cunha, parabenizou o vice-presidente e corregedor eleitora, Des. José Bernardo Rodrigues, na manhã desta terça-feira (9). O des. José Bernardo esteve no gabinete do corregedor-geral para tratar de assuntos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os elogios ao trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) estenderam-se à presidente, Des.^a Anildes Cruz.

O corregedor-geral tam-

bém destacou o trabalho de todos os juízes eleitorais. “Os juízes também estão de parabéns pela forma como se empenharam e como conduziram o processo eleitoral em todo o Estado do Maranhão”, disse.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, Des. José Bernardo Rodrigues, agradeceu os elogios feitos pelo Des.^a Cleones Cunha e revelou que no 2º turno, a ser realizado no dia 28 de outubro, apenas em São Luís, a apuração dos votos deve ser ainda mais célere, podendo obter o resultado final da eleição em, aproximadamente, uma hora.

fotonahoradofato



Oregistro fotográfico de hoje, mostra o Corregedor Geral da Justiça do Estado, desembargador Cleones Cunha que destacou o trabalho do corregedor eleitoral, desembargador José Bernardo, nas comarcas do Maranhão. “A eleições foram muito bem preparadas e organizadas pelo TRE do Maranhão. A desembargadora Anildes Cruz e o desembargador José Bernardo estão de parabéns pelo excelente trabalho realizado. Tivemos uma eleição tranquila, com apuração rápida. Isto é motivo de orgulho para o Judiciário”, declarou o desembargador Cleones Cunha.

SÃO LUÍS

Varas do Júri realizaram 42 sessões em setembro

Com vistas a agilizar a tramitação de ações penais de crimes contra a vida, as quatro Varas do Tribunal do Júri de São Luís realizaram 42 sessões no mês de setembro. A quantidade expressiva também é resultado de um esforço concentrado, nomeado de "Pautas Paralelas", com o objetivo de cumprir a Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Meta 4 da Enasp determina o julgamento, até 31 de dezembro deste ano (novo prazo concedido pelo CNJ) de todas as ações penais de homicídios ajuizadas antes de 2008.

A unidade com o maior número de sessões promovidas, 23 julgamentos realizados em setembro, foi a 1ª Vara do Júri, cuja titular é a magistrada Ariane Mendes Castro Pinheiro. A 1ª Vara também foi a primeira a dar início às sessões paralelas, com o apoio do juiz auxiliar Márcio Castro Brandão.

As quatro Varas do Tribunal do Júri, que ficam no Fórum Des. Sarney Costa, já agendaram pautas até dezembro. A 1ª Vara já marcou 62 júris para ocorrerem no fórum e no Salão do Júri do Uniceuma (Renascença); a 2ª Vara terá 16 sessões a serem realizadas no fórum; a 3ª Vara, 38, também no fórum; e a 4ª Vara, 51 julgamentos no fórum e no Centro Administrativo do TJMA (prédio na Rua do Egito, Centro). Além das sessões referentes à Meta 4 das Enasp, as unidades também designaram outros júris de pautas ordinárias.

O Judiciário nacional também terá que cumprir, até o fim deste ano, a Meta 3 da Enasp, que prevê que sejam proferidas sentenças de pronúncia - decisões dos

magistrados a partir de determinados critérios que levam os acusados a julgamento pelo júri popular - em todas as ações penais por crimes de homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2008. Os juízes do Fórum de São Luís já separaram cerca de 50 processos referentes à Meta 3, que estão apenas aguardando instrução para posterior fase de pronúncia.

Esforço concentrado - Os magistrados e servidores das unidades do Tribunal do Júri de São Luís estão trabalhando a todo o vapor para cumprirem as Metas 3 e 4 da Enasp, cujo prazo foi prorrogado para o fim do ano.

"Essa mudança irá possibilitar a realização de um maior número de julgamentos nos próximos meses, numa tentativa de instruir e julgar processos mais antigos. Acredito no sucesso do "Pautas Paralelas", aqui em São Luís. Afinal, estamos todos bastante empenhados", ressalta José Ribamar Goulart Heluy Júnior, juiz titular da 4ª Vara do Júri.

O servidor Raimundo Nonato Lisboa da Silva, auxiliar judiciário da 3ª Vara do Júri, destaca o empenho dos que trabalham para alcançar as metas. "Estamos empreendendo todos os esforços possíveis a fim de incluirmos, em tempo hábil, os respectivos processos nas pautas de julgamentos e, assim, alcançarmos a Meta 4 do CNJ".

Os magistrados titulares das unidades - Ariane Mendes Castro Pinheiro (1ª), Gilberto de Moura Lima (2ª), Kátia Coelho de Sousa Dias (3ª) e José Ribamar Goulart Heluy Júnior (4ª) -, para obterem total sucesso no trabalho, contam, ainda, com o apoio dos juízes auxiliares Márcio Castro Brandão, Wilson Manoel de Freitas Filho, José dos Santos Costa e Patrícia Marques Barbosa.

DETERMINAÇÃO

Justiça barra contratação de professores temporários

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou, por maioria de votos, a interrupção de contratos temporários de professores na rede estadual de ensino. O colegiado manteve decisão de base do juiz da 4ª vara da Fazenda Pública de São Luís, que concedeu liminar impedindo processos seletivos para tal finalidade até o julgamento do mérito da ação civil pública interposta pelo Ministério Público Estadual contra o Estado do Maranhão.

De acordo com do MP, o Estado do Maranhão tem feito de forma abusiva seletivos para contratação temporária de professores, priorizando essa prática em detrimento do concurso público.

A defesa alega, por sua vez, que o Estado tem expressa autorização legal para fazer contratação temporária, tendo em vista necessidade de excepcional interesse público, nos termos da Constituição Federal. Outro argumento levantado é de que o MP não teria interesse processual, devido a ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão (Simproesema), também relativa aos seletivos para contratação temporária de professores.

Segundo o Ministério Público, a ação civil pública em questão difere da interposta

pelo Sinproesemma. Na demanda promovida pelo Sindicato é pleiteada a convocação e admissão dos aprovados habilitados no concurso regido pelo edital nº. 01/2009. Já a nova ação proposta pelo MP almeja a obrigação acerca da promoção de novo concurso para provimento das vagas necessárias ao fornecimento de ensino de qualidade no âmbito estadual.

O voto da relatora do processo, desembargadora Nelma Sarney, foi para tornar nula a decisão concedida pelo juiz de 1º grau. "A decisão liminar foi além do pedido contido na ação civil pública", salientou a desembargadora. Os desembargadores Marcelo Carvalho e Vicente de Paula divergiram do voto da relatora, acompanhando o parecer ministerial.



A decisão liminar foi além do pedido contido na ação civil pública

Nelma Sarney, desembargadora

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2012

O TRE/MA torna público que realizará no dia 26/10/12, às 14:00h (horário de Brasília), licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço, regime de empreitada por preço global, para contratação de empresa para execução da obra de reforma do Prédio Sede do TRE-MA. O edital poderá ser adquirido gratuitamente por meio de apresentação de um pen drive ou CD na CPL do TRE/MA, localizada no 1º andar do anexo ao prédio Sede do Tribunal, na Av. Senador Vitorino Freire, s/n – Areinha – São Luís/MA, de segunda a sexta-feira, das 13:00h às 19:00h. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone/fax: (98) 2107-8802/8876.

São Luís, 10 de outubro de 2012
KÁTIA LIMA SILVA MIRANDA
Presidente da Comissão

CONCURSO PÚBLICO

*Inscrições para o certame do
Tribunal de Justiça estão abertas.*

EMPREGO 9

MARANHÃO

Concurso para 31 vagas de juiz

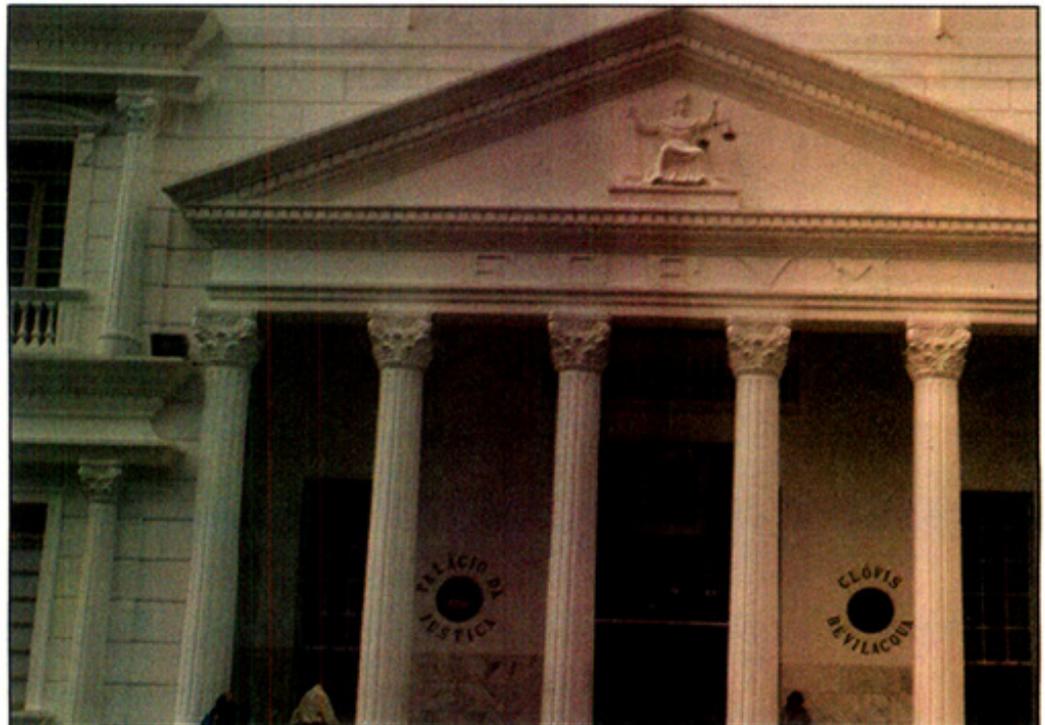
Estão abertas as inscrições para o certame do TJ-MA. Salário passa um pouco dos R\$ 20 mil. Provas estão previstas para serem realizadas em 6 de março do ano que vem e serão aplicadas pelo Cespe/UnB

Os interessados em concorrer a uma das 31 vagas no concurso para juiz de direito substituto do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já podem fazer inscrição por meio do site www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz. No endereço, o interessado também encontra o edital. A taxa de inscrição é de R\$ 150, com salário inicial fixado em R\$ 20.677,85.

O Cespe/UnB vai coordenar o certame, que terá supervisão da Comissão de Concurso do tribunal, segundo edital assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. A prova seletiva será aplicada em março de 2013, com resultado final previsto para abril.

O concurso está aberto a candidatos com diploma de curso de graduação de nível superior em bacharelado em Direito, registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e três anos de atividade jurídica exercida após obtido o grau de bacharel em Direito.

De acordo com o edital, a seleção ocorrerá em seis etapas: prova objetiva seletiva, prova discursiva e prova prática de sentença; inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico;



Uma comissão do Tribunal de Justiça do Maranhão irá supervisionar o concurso. Provas serão realizadas no início de março

prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na magistratura, de caráter eliminatório, realizado pela Esmam.

Das vagas abertas e as que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão

providas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles participarão do concurso em igualdade de condições com os demais quando aos aspectos conteúdo, avaliação, horário e local de aplicação das provas. No caso deles, em especial, o tempo de duração das provas poderá ser ampliado em até 60 minutos.

SERVIÇO

Concurso: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ/MA)

Inscrições: 9 de outubro a 7 de novembro

Cargo: Juiz de Direito Substituto de Entrância Inicial

Taxa: R\$ 150

Vagas: 31 e formação de cadastro reserva

Prova objetiva seletiva: 3 de março

Subsídio: R\$ 20.677,85

Maranhão

Judiciário presta serviços pela internet

Dezenas de serviços voltados para os usuários do meio jurídico e a comunidade em geral são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do portal do Poder Judiciário na internet (www.tjma.jus.br).

O portal reúne o conteúdo informativo do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, separados conforme a área – processual, administrativa ou normativa.

A página principal do portal traz ainda informações e serviços disponibilizados online, distribuídos entre o menu, os destaques e a área de “Serviços ao Cidadão”, que são os espaços mais acessados pelo público externo.

Os usuários dispõem de consulta do andamento processual, processo virtual de juizados, atualização monetária, gerador de custas, malote digital, lista de precatórios, formulários de autorização de viagem, certidão negativa e consulta ao acervo da biblioteca.

O internauta pode consultar ainda a pauta de julgamento, Diário da Justiça, seguro DPVAT, calendário forense, escala do plantão judicial de 1º e 2º graus, endereço de fóruns e juizados especiais e projetos sociais.

O mapa do site auxilia o usuário a localizar o conteúdo,

com links que remetem ao assunto procurado. A ferramenta de busca oferece a mesma facilidade, por palavra-chave. No campo “acesso rápido”, o usuário pode personalizar a busca, optando pelos itens de maior interesse. No topo da página, há botões de atalho para o ‘fale-conosco’ e para as redes sociais onde o Poder Judiciário está presente: facebook e twitter.

Para o público interno, o portal disponibiliza a página do Servidor e o sistema Sentinela, que reúne aplicativos voltados para atividades administrativas do TJMA, de acesso restrito a magistrados e servidores.

MUDANÇA - Em junho deste ano, foi concluída a reformulação do portal, que inclui novo projeto visual e atualização das informações, bem como a inclusão de novas funcionalidades para o usuário. As mudanças deixaram o portal mais leve e mais moderno, inclusive com recursos de acessibilidade.

Está nos planos do Comitê Gestor do Portal o desenvolvimento da versão da página do Judiciário voltada para o acesso por equipamentos portáteis, como tablets e celulares, a ser executado pela Diretoria de Informática e Automação, em parceria com a Assessoria de Comunicação da Presidência do TJMA.

Em campanha eleitoral

Juiz eleitoral sugere a proibição de fogos de artifícios em carreatas

O juiz eleitoral de Bacabal, ao Maranhão, Roberto de Paula, sugere do Congresso Nacional a criação e aprovação de uma lei proibindo o uso de fogos de artifícios em carreatas e comícios durante a campanha eleitoral.

Em entrevista, o magistrado lamentou o episódio ocorrido em Bacabal. Um jovem identificado como Jonathas, de 20 anos, foi atingido por fogos de artifícios durante um comício na cidade. Ele chegou a ser hospitalizado, mas não resistiu aos ferimentos. A morte de Jonathas causou comoção na cidade e deixou a família inconsolável. O pai da vítima e uma outra pessoa, que está hospitalizado, mas não corre risco de morte, também foram atingidos pelo objeto.

Para Roberto de Paula, o uso dos fogos de artifícios devem ser banidos da campanha eleitoral.



juiz eleitoral de Bacabal, Roberto de Paula

- A vedação ao uso de fogos de artifícios se faz necessária tendo em consideração a utilização desmedida de tal instrumento, incomodando o sossego público e se equiparando a shows pirotécnicos, a abuso de poder econômico, considerada a monta de valores gastos na aquisição dos fogos, além de serem potenciais causadores de acidentes", argumen-

ta o juiz.

O juiz eleitoral conclamou a população para repudiar o uso dos fogos de artifícios. Ele acha que a medida deve ser estendida as carreatas.

- Existem outras estratégias para que os candidatos conquistem os votos do seu eleitorado. Os debates e a campanha gratuita no rádio e na TV são dois bons exemplos. Além de não aceitar o

uso dos fogos de artifícios, a população não deve permitir as carreatas. Na maioria delas há excessos, como é o caso de poluição sonora, pessoas ingerindo bebida alcoólica - advertiu.

O caso da morte do jovem Jonathas, estudante de enfermagem, está sendo investigado pela polícia e acompanhado pela Justiça. Ele garantiu que os culpados serão responsabilizados.

O juiz Roberto de Paula elogiou o trabalho em conjunto entre o Tribunal Regional Eleitoral e a Secretaria de Estado de Segurança Pública durante as eleições em todo o Estado.

- Isso só foi possível graças ao plajenamento e esforço em conjunto da Justiça Eleitoral no Estado e a equipe da Secretaria de Segurança Pública e o apoio de Tropas Federais. E o resultado final foi de uma eleição tranquila em todo o Maranhão - ressaltou.

Judiciário maranhense presta serviços pela internet

Dezenas de serviços voltados para os usuários do meio jurídico e a comunidade em geral são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do portal do Poder Judiciário na internet (www.tjma.jus.br).

O portal reúne o conteúdo informativo do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, separados conforme a área – processual, administrativa ou normativa.

A página principal do portal traz ainda informações e serviços disponibilizados on-line, distribuídos entre o menu, os destaques e a área de “Serviços ao Cidadão”,

que são os espaços mais acessados pelo público externo.

Os usuários dispõem de consulta do andamento processual, processo virtual de juizados, atualização monetária, gerador de custas, malote digital, lista de precatórios, formulários de autorização de viagem, certidão negativa e consulta ao acervo da biblioteca.

O internauta pode consultar ainda a pauta de julgamento, Diário da Justiça, seguro DPVAT, calendário forense, escala do plantão judicial de 1º e 2º graus, endereço de fóruns e juizados especiais e projetos sociais.

O mapa do site auxilia o usu-

ário a localizar o conteúdo, com links que remetem ao assunto procurado. A ferramenta de busca oferece a mesma facilidade, por palavra-chave. No campo “acesso rápido”, o usuário pode personalizar a busca, optando pelos itens de maior interesse. No topo da página, há botões de atalho para o ‘fale-conosco’ e para as redes sociais onde o Poder Judiciário está presente: Facebook e Twitter.

Para o público interno, o portal disponibiliza a página do Servidor e o sistema Sentinela, que reúne aplicativos voltados para atividades administrativas do TJMA, de acesso restrito a magistrados e servidores.

Juizado de Codó distribui cestas básicas a instituições

O juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Codó, que tem como juíza titular Gisele Ribeiro Rondon, divulgou o balanço de uma ação beneficente realizada no fim de setembro. Servidores da unidade judicial, juntamente com a representante do Ministério Público, promotora de Justiça Linda Luz, realizaram a entrega de cestas básicas a quatro instituições carentes do município.

Foram entregues, no total, 400 cestas básicas, e as instituições beneficiadas foram: o Instituto Maná, que trabalha com crianças e adolescentes em situação de risco social; a Associação Pestalozzi, que trabalha com 160 alunos portadores de algum tipo de deficiência; a Associação Nossa Senhora

da Natividade, que dá abrigo a pessoas portadoras do vírus da AIDS em Codó; e o Lar dos Franciscanos, que trabalha com pessoas viciadas em drogas.

As cestas foram oriundas do resultado de mutirão em Processos Criminais realizados no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Codó. Cerca de 200 audiências criminais em TCOs (termos circunstanciados de ocorrência). As cestas foram entregues no Juizado de Codó por pessoas condenadas pela Justiça pela prática de crimes de menor potencial ofensivo.

Segundo a juíza titular do Juizado de Codó, Gisele Rondon, “a Lei nº 9.099 prevê que pessoas que cometem crime de menor poten-

cial ofensivo tenham garantidas medidas alternativas evitando que não cumpram pena privativa de liberdade. Dessa forma, convertemos a pena aplicada aos infratores em pena de multa concernente na entrega de cestas básicas no Juizado Especial de Codó, as quais foram doadas imediatamente para instituições carentes que necessitam das cestas e tenham um trabalho reconhecido na cidade de Codó”.

A magistrada observou, também, que chegarão mais cestas. Isso porque ainda há muitos autores de fatos que entregarão as mesmas na unidade judicial. “Quando estas cestas básicas chegarem, outras instituições serão agraciadas”, finalizou Gisele Rondon.

■ Atendimento suspense

A comarca de Timon suspende o atendimento ao jurisdicionado no próximo dia 15. A medida é objeto de portaria assinada pelo titular da 4ª vara cível e diretor do Fórum da comarca, juiz Simeão Pereira e Silva.

Consta do documento que a interrupção do funcionamento do Poder Judiciário de Timon na data deve-se a feriado municipal decretado através de lei (Lei Municipal nº 126, de 13 de outubro de 1953) em homenagem à Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Nunes Freire recebe 8ª edição do projeto "Justiça e Cidadania"

A Justiça, em Governador Nunes Freire, promoveu ontem (9), a 8ª edição do projeto "Justiça e Cidadania: porque fazer o bem faz bem". Comandado pelo juiz Paulo Roberto Teles de Menezes, titular de Marcação e respondendo pela comarca, o projeto antecipou as comemorações do Dia das Crianças, 12 de outubro, e contemplou crianças da Escola Municipal Futuro Feliz (Rua São Francisco, Bairro Vila Baía).

Idealizado pela titular da unidade, juíza Raquel Araújo Teles de Menezes (de licença maternidade), o projeto tem por objetivo aproximar o Judiciário da sociedade, promovendo ação social, distribuindo cestas básicas, presentes e proferindo palestras para o crescimento da comunidade local.

Segundo o juiz Paulo Roberto Teles, cerca de 400 crianças participaram da programação do projeto que constou de palestras, lanche e distribuição de presentes doados por comerciantes locais. Entre os presentes, bolas, bonecas, jogos, skates e outros. "Todas as crianças saíram do local com um presente", diz o magistrado. Bicicletas e skates também foram sorteados entre os presentes.

Nas palavras do juiz, "os presentes foram adquiridos por meio de doações de colaboradores e também dos procedimentos judiciais processados junto ao Juizado Especial da comarca, como medida de pena alternativa e transações penais".

Palestras – Violência sexual foi o tema da palestra ministrada na ocasião pelo promotor da comarca, Hagamenon Azevedo. Uma professora da instituição educacional falou aos participantes sobre bullying.

Churrasco, refrigerante, salgadinhos, bolo e outras guloseimas constaram do lanche servido aos presentes.

Tribunal de Justiça do MA avalia servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conclui na próxima terça-feira (16) mais uma etapa avaliativa do desempenho de servidores do Judiciário. A avaliação é requisito para a obtenção de estabilidade e atinge os concursados que se encontram em estágio probatório e aguardam promoção ou progressão funcionais.

“A aferição do desempenho vem promovendo uma mudança cultural no Judiciário, na medida em que estimula o servidor a ser agente da sua própria capacitação. É uma ferramenta que o Tribunal adota para direcionar as ações necessárias ao aprimoramento do potencial dos servidores”, defendeu o presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

De janeiro a setembro de 2012, 984 servidores foram avaliados. Do total, 813 funcionários (83%) atingiram a conceituação “excelente”, 113 (11,4%) “bom”, 52 (5%) “satisfatório” e apenas seis (0,6%) “insuficiente”.

“A avaliação de desempenho pode ajustar possíveis falhas comportamentais ou profissionais, promovendo a melhoria na qualidade de atendimento”, apontou o diretor de Recursos Humanos do Tribunal, Daniel Gedeon.

Avaliação – A avaliação é única, dividida em três etapas consecutivas, que ocorrem no 10º, 20º e 30º mês de efetivo exercício no cargo. Cada etapa tem pontuação mínima de 30 e máxima de 210 pontos.

São aprovados os servidores que obtiverem a homologação da sua avaliação constatando desempenho satisfatório, ou seja, resultado igual ou superior a 70% da pontuação máxima possível. Aspectos como assiduidade, capacidade de iniciativa, disciplina, pontualidade e responsabilidade são bastante considerados na avaliação.

Produtividade – De acordo com a Resolução nº 70/2008, somente os que obtêm os conceitos “excelente” e “bom” estão aptos a receber a gratificação por produtividade judiciária – implantada para incentivar a produtividade no atendimento e serviços prestados pelas diversas unidades judiciárias.

“Os resultados direcionam a elaboração do plano de formação e capacitação profissional dos servidores, desenvolvido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam)”, explicou a coordenadora de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira do TJMA, Maria Lúcia Abreu